

Processos sociais no Brasil pós-64

as ciências sociais

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. Sociedade e política no Brasil pós-64 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 351-385. ISBN: 978-85-99662-63-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais¹

Otávio Guilherme Velho

Toda geração de acadêmicos possui
um padrão involuntário para a sagacidade
permissível; o que vai além disso é
seguidamente posto em dúvida e utilizado como
base para
um ataque contra a reputação do
acadêmico.
F. Nietzsche

O presente texto em seu aspecto informativo apóia-se nos trabalhos pertinentes que vêm sendo publicados e em certa "participação observante" pessoal. Todavia, não pretende ser basicamente informativo. Pretende, isso sim, avançar elementos de uma interpretação necessariamente polêmica, que possa inclusive servir como subsídio a um esforço de auto-análise por parte da

1Este texto, sendo em boa parte resultado provisório de um processo de reflexão que é produto de uma convivência acadêmica e profissional, deve muito a grande número de interlocutores. Gostaria de destacar os colegas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), bem como os colegas do IUPERJ, que me honraram com convite para em dezembro de 1981 participar em Nova Friburgo de seu seminário interno de avaliação. Referência especial deve ser feita, ainda, a Bernardo Sorj e aos demais participantes do simpósio, particularmente Vilmar Faria e Fábio Wanderley Reis, e a Gilberto Velho, que na qualidade de coordenador da Área de Ciências Humanas para o CNPq, colocou à minha disposição informação valiosa. :f: na confiança depositada no trabalho desses e de outros colegas que pode apoiar-se o interesse pela realização de uma análise do gênero da que é aqui apresentada.

comunidade de cientistas sociais brasileiros. Por outro lado, a própria interpretação não pretende ser absolutamente genérica. Utiliza-se de uma comparação que toma como referências:

1) A atividade desenvolvida em torno da cadeira de Sociologia I da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo;

2) O sistema de pesquisa e pós-graduação em ciências sociais desenvolvido a partir da década de 60.

Essa escolha justifica-se pela posição central desses dois elementos nas ciências sociais brasileiras respectivamente pré e pós-64 e sua posição, por assim dizer, "hegemônica". Como, no entanto, essas hegemonias não homogeneízam absolutamente o espaço, não se pretende dar conta das características do conjunto das atividades dos cientistas sociais. No que diz respeito a esse conjunto, talvez estivéssemos mais próximos, apenas, de alguns elementos tendências de sua dinâmica, particularmente no que se refere à produção institucionalmente realizada no interior da academia.

Por outro lado, a própria periodização utilizada não deve ser tomada acriticamente. Como toda periodização possui algo de arbitrário, é óbvio que não se deve absolutizar 1964 em termos do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. Todavia, no caso isto é particularmente verdade, dado que se trata de um recorte oriundo de uma factualização política por excelência, cuja relação com a produção do conhecimento nessa área precisaria ser determinada.

Certamente — como se costuma dar ênfase no sentido

negativo a relação existe: professores e pesquisadores afastados, instituições marginalizadas etc. Mesmo aí é possível, porém, que um recorte alternativo — 1968, por exemplo — pudesse disputar a primazia.

Num sentido menos linear, no entanto, seria o caso de se perguntar se 1964 inaugura um processo que se manifesta enquanto tal no domínio das ciências sociais ou, pelo menos, se simboliza de forma marcante a emergência de um processo.

Uma vez aceita preliminarmente a existência de um processo grosso modo de mudança nas ciências sociais brasileiras, a ênfase na descontinuidade ou na continuidade são ambas, enquanto construções, em princípio legítimas. Com uma nuance, porém: a percepção de que, para além das opções meramente metodológicas e arbitrárias, um recorte representa necessariamente o reconhecimento da intervenção de uma força que age com determinada eficácia, sempre relativa na medida em que isto se dá em um campo de forças.

Nesses termos, a suposição central deste trabalho será a de que aquilo que representa 1964 — embora não necessariamente em termos cronologicamente coincidentes — tem a ver com uma intervenção que tende à instauração daquilo que poderia ser caracterizado como uma nova forma de dominação no campo da produção em ciências sociais.

Isso já tem sido mencionado por outros autores em termos de modernização, profissionalização institucionalização etc. Ao colocar a questão em termos de dominação, não está em jogo um projeto

libertário utópico alternativo que sirva de referência. Reivindica-se, apoiado numa vontade de objetividade, a colocação em moldes que permitam dar ênfase à compreensão dos mecanismos de poder envolvidos, à "cultura" específica que se vai gerando e à(s) relações disso com a produção substantiva. Em suma, reivindica-se a ênfase na "positividade" da dominação. Em matéria de utopia, se se quiser, estará apenas em jogo em termos manheimianos a passagem de uma utopia a ideologia e suas conseqüências.

II

Qual utopia? Em maio de 1955 Florestan Fernandes entregou a Anísio Teixeira "para solicitar as providências cabíveis ou possíveis da CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior)" um documento intitulado "Sugestões para o desenvolvimento das ciências humanas" (Fernandes, 1977, pp.94-99). Daí podem ser extraídas as seguintes proposições de alcance diverso:

- 1) Necessidade de ampliar as possibilidades de treinamento intensivo no campo da pesquisa;
- 2) Criação de um número (reduzido) de bolsas para alunos de excepcionais qualidades científicas, a serem atribuídas nos períodos do curso de especialização e no de preparação de teses para doutoramento;
- 3) Aumento na eficiência e plasticidade na organização do currículo;
- 4) Abolição do princípio da cátedra e adoção do princípio de

organização departamental;

- 5) Aumento no número de especialistas em diferentes posições,
- 6) Organização de equipes de pesquisadores que permitisse estabelecer projetos de pesquisa de alcance científico definido, a formação do verdadeiro espírito de pesquisa, a constituição de mecanismos adequados ao conhecimento da sociedade brasileira e o atendimento a solicitações ou necessidades da comunidade;
- 7) Assegurar aos estudantes um treinamento adequado no campo do ensino e da pesquisa que lhes permitisse mais tarde operar nos centros universitários menos desenvolvidos;
- 8) Aparelhar a universidade para assumir através da pesquisa e da ciência aplicadas responsabilidades práticas como fator de progresso no meio social brasileiro.

Segundo o autor do documento, essas mudanças se impunham na medida mesma em que o período da "aventura" dava lugar a uma nova fase, de "realização".

Em nota acrescentada quando da reprodução do texto numa coletânea em 1977, o autor esclarece que "não obstante a boa vontade demonstrada, daí nada resultou de positivo".

Todavia, é interessante observar que as proposições apresentadas na verdade fariam parte de um projeto mais amplo de universidade ao qual está associado o nome do próprio Anísio Teixeira e que encontraria a sua materialização demonstrativa em 1961 com a criação da Universidade de Brasília. E que:

Apesar de seus problemas, a Universidade de Brasília constituiu-se em fonte de inspiração para outra tentativa de reforma universitária, ensaiada primeiro em Minas Gerais, a partir de 1964, ...e depois generalizada para o país como lei em 1968 (Schwartzman, 1979, p. 291).

Os pontos concretos da utopia expressos em forma de programa são incorporados. Todavia, as proposições de Florestan Fernandes estavam apoiadas em sua época em uma visão mais ampla das transformações democrático-burguesas da sociedade e da missão do intelectual e da universidade num processo concomitante de autonomização cultural. Conforme ele deixa claro a posteriori em "A geração perdida", tratava-se de estabelecer uma identidade mantendo relações complexas com dois grupos de referência, para ele, Fernandes, representados por Oswald de Andrade e Roger Bastide: assumir a brasilidade da Semana da Arte Moderna dentro da universidade, aproveitando-se do saber dos mestres estrangeiros para exorcizar o beletismo e o estilo de intelectual de café, mas lutando para não se deixar colonizar culturalmente (Fernandes, 1977, pp.213-258). A marcação, para "dentro", do caráter científico da sua atividade (para isso distinguindo-se de uma "pré-ciência") e, para "fora", do caráter nacional da sua inserção formavam o binômio informador da utopia que teria tido o seu início de realização, vislumbre de um futuro hipotético, com a criação em São Paulo da Escola de Sociologia e Política (1933), mas, sobretudo, na velha faculdade da Maria Antônia.

Assim, é consistente com essa visão a suposição do aborto de seu projeto em 1964; o que será coincidente com a própria visão dos

cientistas sociais pós-64 de que inauguravam uma prática diferente.

III

Todo recorte é, de certa maneira, um ato de força. Dizer isso não significa relegá-los para a estratosfera das distorções ideológicas. Significa assumir que são justamente essas "distorções" que constituem a matéria-prima da realidade social.

Em princípio Florestan realiza dois cortes: no tempo, entre o científico e o pré-científico, no espaço, entre o nacional (irradiado a partir da Maria Antonia) e o não nacional. Posteriormente, realizaria um terceiro: 1964.

Interessante observar que, pelo menos no que diz respeito ao primeiro desses cortes, sofreu uma crítica severa exatamente de um representante da "geração pós-64":

A simplicidade da perspectiva permite que a crítica se exima de ser complexa. Com efeito, a historiografia que ordena o passado em função do presente, e assumindo o presente como o 'moderno' está desarmada para entender as exatas articulações do desenvolvimento intelectual da humanidade. A rigor, está desarmada até para entender o presente. (Santos, 1967, p.186).

A crítica do corte também é, inevitavelmente, um ato de força; ou, se quiserem, de afirmação. Uma parte substancial das preocupações dos cientistas sociais brasileiros na segunda metade da década de 60 constituiu-se exatamente em resgatar a "memória nacional" sepultada pela geração anterior como passo necessário à sua emancipação e à construção da sua própria identidade. Porém, ao

realizá-lo, paradoxalmente acabaram por puxar para mais perto de si o recorte da ciência, por referência, também, à geração anterior, a qual buscaram enfrentar de início com a recuperação dos "avós" intelectuais.

Todavia, ao fazê-lo, fizeram-no em nome de algo que já estava presente em Florestan, embora em forma de utopia — a realização bastante aproximada das propostas sintetizadas no documento acima mencionado.

É assim que Florestan registra a sua visão da visão da geração de Oswald a seu respeito e a sua própria visão de si:

Os que vinham de antes, como aconteceu com Oswald de Andrade dando vazão às deformidades da Semana de Arte Moderna, viram-nos de forma errada e superficial, ou, melhor, de forma profundamente errada e superficial. Exagerando o nosso 'lado sério' de scholars ... , gozou-nos com o epíteto de 'chato-boys'. No entanto, se houve uma característica marcante e predominante nesse fragmento de geração, ela não foi a obsessão estritamente intelectualista e da erudição pela erudição, de qualquer maneira que se queira entendê-las, porém a obsessão política. Vendo-a dos dias que correm, entendo-a melhor: era uma obsessão política que nascia da cultura e gravitava dentro dela, irradiando-se para os problemas da época e os dilemas da sociedade brasileira ... (1976, p.217).

A "geração pós-64" ou o seu "fragmento" (para utilizar a expressão de Florestan) identificado com a nova modernidade, como se situa por sua vez em relação às anteriores?

Como já foi indicado, há uma certa recuperação daqueles que haviam sido considerados "pré-científicos" , que inclui até por vezes uma coincidência — por detrás da aparência respeitosa — na visão

que se tem dos "chato-boys". Todavia, após o momento inicial de redescoberta, servindo para, ao alargar o espectro de seus antecessores reconhecidos ao incluir em plano menos dessemelhante ao dos demais o "fragmento de geração" de Florestan, abrir a possibilidade de estabelecer novos cortes.

Num sentido geral, os princípios de distinção serão curiosamente os mesmos empregados por Florestan: cientificidade e institucionalização. Todavia, distinguindo-se os indicadores. Grosso modo, no que diz respeito à cientificidade, privilegiando-se a pesquisa empírica sistemática; e no que diz respeito à institucionalização, acentuando-se a rede institucional, o número de pesquisadores envolvidos e de pessoal formado, ou seja, a chamada massa crítica que supostamente — e ao contrário do que anteriormente ocorrera — garantiria a continuidade do processo.

Não é preciso dizer que não por acaso esses indicadores são inegavelmente descritivos com razoável precisão da nova realidade "empírica".

IV

Essa nova realidade, como não poderia deixar de ser, é definida em boa parte tendo como referência a situação anterior e, nessa, a universidade de São Paulo:

Quase toda a estrutura de pós-graduação hoje existente no Brasil foi constituída a partir de 1965. Basta lembrar que, nas áreas de Sociologia, Ciência Política e História, somente a Universidade de

São Paulo mantinha, até aquela data, programas regulares de mestrado e doutorado. Mesmo assim, um levantamento recente no qual se acham incluídos todos os trabalhos de Mestrado, Doutorado e Livre Docência nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política revela que somente 41 teses foram defendidas entre 1945 e 1965 (inclusive), ou seja, uma média de duas por ano. Nessa mesma instituição, de 1966 a 1977, foram defendidas 158 teses, ou seja, uma média superior a 13 por ano.

Consideradas aquelas três áreas — Antropologia, Sociologia e Ciência Política — e todos os níveis de pós-graduação, é bastante provável que a produção brasileira anual seja agora equivalente a pelo menos a metade da realizada na USP durante os 32 anos cobertos pelo levantamento citado. Isto se deve, naturalmente, ao surgimento de novos programas de pós-graduação em diferentes estados" (Lamounier, 1981, p. 4).

O autor constrói, ainda, uma tabela em que: "Dados fornecidos pelo Ministério da Educação e Cultura para o segundo semestre de 1979 e primeiro de 1980 permitem uma avaliação bastante razoável do atual panorama quantitativo da pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil". Ver Tabela 1.

Tabela 1
TESES DEFENDIDAS E ALUNOS MATRICULADOS, POR CURSO,
NO SEGUNDO SEMESTRE DE 1979 E PRIMEIRO DE 1980
(NÚMEROS ABSOLUTOS)

Cursos	Nº	Teses defendidas		Alunos matriculados	
		Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
Ciências Sociais	16	82	22	920	130
História	12	74	10	1 087	74
Ciência Política	5	14	—	233	46
Economia	15	59	4	1 078	107
Total	48	229	36	3 318	357

FONTE: Lamounier, 1981, p. 5.

O mesmo autor aborda ainda na análise da interação entre as transformações institucionais (no sentido da profissionalização e da institucionalização) e a produção acadêmica de Ciências Sociais, a "transformação do marco institucional, ou seja, a constituição daquilo que Uricoechea chama de 'una rede numerosa de centros de investigación' e a "abertura do leque temático" (Lamounier, 1981, pp.2-3). A transformação do marco institucional serve também, significativamente, para qualificar o período anterior, pois se trataria agora da passagem de um "modelo burocrático-mandarinístico para um pluralista e flexível" (grifo meu), que refletiria "o coming of age de uma nova geração de profissionais" (Lamounier, 1981, p.9).

Além dos fatos mencionados acima, é significativo e

importante o crescimento e/ou criação de associações científicas e profissionais, bem como a participação de cientistas sociais em organizações mais amplas.

A Associação Brasileira de Antropologia é um caso significativo de crescimento de uma associação preexistente. Fundada em 1953, possuía, em 1968, 141 sócios e, em 1979, 408.

A fundação da Associação Nacional de Pesquisa e Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em 1977, constitui um marco para os novos centros em torno dos quais gira a elite de cientistas sociais: justamente os centros de pesquisa e os programas de pós-graduação. Após um momento inicial de institution-building dos centros mais representativos, esses aumentam o seu grau de interação.

Finalmente, deve ser lembrada a participação crescente dos cientistas sociais na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que coincide com a transformação a partir de 1974 das suas reuniões anuais em eventos sem paralelo no mundo em matéria de encontro da comunidade científica com um público maior.

Essas associações passaram a exercer em proporção variável, mas crescente, funções parassindicais, corporativas e de procura de intersecções de interesses e de consenso com outros setores da chamada sociedade civil.

É de se salientar, como elemento que em parte já reflete a força e o reconhecimento da comunidade de cientistas sociais, ao mesmo tempo que tende a reforçá-la consideravelmente, o apoio

"substancial" concedido a partir de 1967 as ciências sociais pelo governo, desde 1972 através especialmente do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Abranches, 1981). A partir daí as próprias reivindicações alcançam um novo patamar, embora elas próprias e as crises periódicas ponham em questão até que ponto o caráter de irreversibilidade do formato institucional alcançado seja de fato real; independentemente do reconhecimento das ciências sociais enquanto tais.

V

O fato de que a nova "construção de identidade" estava ligada à necessidade de criação de novos espaços, por contraste, é indicado em vários níveis por uma lógica de oposições:

1. No privilegiamento de outras disciplinas, sobretudo a Ciência Política e a Antropologia Social, em detrimento da Sociologia; e concomitantemente, no interior de cada disciplina, numa variação temática que, embora possua outros determinantes, pode ser analisada por esse prisma (na Antropologia, por exemplo, com um crescimento significativo da produção sobre a sociedade (neo)brasileira e na Ciência Política com um relativo abandono das questões institucionais clássicas em favor das mais ligadas à "dinâmica" política). Mas mesmo aí, não por acaso, a variação temática significando em geral um avanço sobre temáticas mais próximas da Sociologia.

2. Na própria ampliação do espaço físico, aumentando em

importância as atividades desenvolvidas no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte como centros "hegemônicos" competidores de São Paulo, à sombra da qual havia se desenvolvido parte dos elementos de contestação. O mesmo se pode dizer em relação às instituições, as novas em geral potencializando os "privilégios do atraso" e as mais antigas, acompanhadas pelas mais periféricas, aos poucos se adaptando à nova situação.

3. E, evidentemente, na própria ênfase na pós-graduação em detrimento do ensino graduado.

A ênfase na Ciência Política e na Antropologia por sua vez se articulará com uma acentuação relativa de especialização, na medida em parte, também, de uma lógica de oposição à concepção globalizante da Sociologia "pré-64", fiel nesse particular aos ideais dos fundadores da disciplina.

Assim, ao mesmo tempo que se deve relativizar os cortes, efetivamente está-se diante de elementos de uma nova forma de organização do saber em ciências sociais. O que nos interessa neste ponto é buscar analisar — embora sem pretensões exaustivas — o caráter das relações aí produzidas e da produção intelectual propriamente dita; as "ideologias" segregadas, uma vez situadas, fazendo parte dessa análise.

O ponto focal — "totêmico" — da nova organização parece ter-se centrado em torno da ideia de pesquisa. É isso que distinguiria a atividade científica dos palpites do senso comum, do beletismo dos literatos e do ensaísmo dos intelectuais diletantes e/ou puramente

teoréticos. Se isso demonstra que a construção da nova identidade se dava em oposição também a outros grupos, extra-universitários, demonstra igualmente que apesar das profissões de fé do grupo Florestan a favor da pesquisa, avaliados pela "geração pós-64" a partir de sua prática são, para esse efeito, jogados no campo oposto. Julga-se que os seus esforços de pesquisa foram basicamente mal-sucedidos, precedidos por longas e herméticas considerações teórico-metodológicas com que se distanciaram do empirismo e do marxismo partidário (outro referencial), mas que na verdade já antecipariam os seus resultados.

A ênfase na pesquisa beneficiou-se do clima de crise e da sensação de fracasso vivida em 64 e logo após, de que uma das vertentes era o sentimento de que, apesar de todos os protestos em favor da desalienação e da inserção na "realidade", a verdade é que se tinha em boa parte vivido em um mundo político imaginário e pressuposto.

O chamado ao "trabalho", à "produção", à "seriedade" foi encontrando eco e criando uma auto-imagem que se somaria à fome de autoconhecimento por parte da sociedade de uma forma que daria às ciências sociais uma visibilidade incomum; em contrapartida, alimentando demandas e expectativas que se refletiriam sobre a própria produção.

Acrescente-se a isso a ida ao exterior para treinamento do contingente ponderável quantitativa e qualitativamente de pesquisadores e o apoio substancial de agências de financiamento,

sobretudo norte-americanas; o que emprestará à modernização um caráter adicional de americanização, por suposto aqui também como elemento de uma oposição em termos de referência.

Assim se forjaram, concomitantemente ao aumento no número de brazilianistas, novos, mais diretos e intensivos laços com a comunidade acadêmica internacional. Aí avulta não só a referência a um padrão internacional de trabalho, mas também a assunção de posições determinadas numa divisão do trabalho intelectual que reforça a ênfase na pesquisa empírica e a abdicação de um esforço teórico sistemático que, tanto quanto referidas a uma relação assimétrica no plano internacional, significam também a atribuição, ao cientista social brasileiro, de posição similar à que já era ocupada, nos Estados Unidos, pelos especialistas nas chamadas *area studies*.

O retorno ao país foi acontecendo gradualmente e com ele o reforço das posições em favor da pesquisa e da modernização. Foram se criando núcleos de atividade acadêmica e de pesquisa que contrastavam não só com o grosso da atividade dentro das universidades, mas também com a intelectualidade "tradicional" extra-acadêmica, ligada a determinados periódicos de natureza "cultural" e/ou política, ao jornalismo, aos grupos de estudo informais etc.: estava em jogo também, no processo de profissionalização, a superação de uma *intelligentzia* (Velho, 1982).

É também indubitável que o clima de repressão reforçou a opção pela atividade mais reservada da academia, juntando-se à crença da primeira hora uma necessidade de abrigo. Nesse sentido,

talvez se pudesse dizer que o apoio à pesquisa e à pós-graduação por parte do Estado que se avoluma a partir da segunda metade da década de 60 — a que também não é estranho o reforço de centros localizados fora de São Paulo — representa a "positividade" de uma dominação atualizada através de seus setores mais "esclarecidos"; embora, evidentemente, o jogo não se faça numa direção só e, portanto, não se esgote nisso o seu significado.

Uma das grandes novidades da nova situação, juntamente com a ênfase na pesquisa empírica e na formação de uma rede institucional, está no fato de garantir-se recursos não só para núcleos de pesquisadores, mas também para massa ponderável de alunos. No começo dos anos 80 o número de estudantes pós-graduados, em Antropologia Social, Ciência Política e Sociologia no país já penetrara na casa do milhar.

Aparentemente isto é apenas um dado de escala e aqui, também, o contraste é flagrante com o projeto anterior, onde a ênfase em uma "lógica dos pequenos grupos" e no gradualismo era explícita (Fernandes, 1978, esp. pp. 24 e 29). Na verdade, a produção substantiva foi influenciada por essa nova situação. Produzia-se, por assim dizer, com um olho no papel e outro no aluno; ao invés de, como antes, magisterialmente deixar por conta deste acompanhar o passo nobre e sobranceiro de seus mestres, assim se auto-selecionando. E a própria produção dos alunos tornou-se ponderável e, em determinado momento, predominante.

E paradoxal. Ao mesmo tempo que se criava uma nova elite,

"deselitizava-se" relativamente, não só a formação, mas também a produção. Um sintoma ao nível do estilo: em geral, escrever "complicado" deixou de marcar ponto, o que também pode ter-se ligado às novas relações com o mercado editorial (comparada com outras áreas da ciência a proporção de trabalhos acadêmicos que ganhavam a forma de livro tomou-se significativa) e com outros setores da sociedade. De certa maneira, as necessidades de uma relativa massificação fizeram com que se buscasse um estilo ampliável de produção e de consumo.

A maneira pela qual Fernando Henrique Cardoso avalia em 1977 seu *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* é expressiva:

"Quinze anos depois da publicação deste livro, sai nova edição sem qualquer mudança no texto. Uma releitura cuidadosa permitiria fazer modificações em algumas das interpretações propostas e, especialmente, aconselharia aliviar o livro das muitas notas de pé de página e de algumas complicações desnecessárias" (Cardoso, 1977, p. 11).

A ênfase na pesquisa casava-se muito bem com esse propósito. Evitavam-se os intrincados meandros teórico-metodológicos da sociologia anterior e ia-se àquilo que num certo sentido estava aberto a "todos", no limite como que magicamente. Os conceitos, a partir de agora, deveriam ter um sentido sobretudo operacional. Reconhecia-se fortemente a existência de objetos exteriores inalcançáveis por puros jogos do espírito, a ponto de a própria reinterpretação de eventos

anteriores por parte de seus protagonistas tender a tingir as cores nessa nova direção, revalorizando-se atividades e personagens antes considerados secundários e, por vezes, negando-se mitos e influências antes consagrados. De certa maneira, o treinamento era enfatizado, em detrimento de um sentido mais clássico de educação.

VI

Assim, a liberação de modelos anteriores não significou fugir-se à criação "positiva" de modelos de trabalho. Pelo contrário, tendência houve à substituição (em certos casos, parcial) de um modelo por outro. E de certa maneira mais impositivamente, já que nesse círculo mais amplo, menos protegido por um clima de pares aristocráticos e mais imbuído do espírito de missão quanto ao treinamento.

Em geral, cortavam-se ambições solitárias desmedidas. E não é por acaso que a categoria antes mágica de "totalidade" cai em desuso; talvez não por serem superadas as concepções básicas que a têm por referência, mas por ser ocultada ao ter a tarefa de sua "reconstrução" transferida para um ente coletivo. O "empiricismo" como categoria acusatória utilizada ritualmente no período anterior é substituída pelas de ensaísmo, filosofia, obscuridade, digressionismo, ambição e outras assemelhadas que, classificando preliminarmente, contaminam as avaliações de conteúdo.

Tudo isso, evidentemente, apesar de um investimento teórico, lato sensu, ponderável, que no entanto, esse sim, é basicamente

centralizado e despersonalizado; além de dizer respeito sobretudo a um estilo "epistêmico", devendo ser absorvido pelos iniciantes e aparecer embutido e naturalizado nas suas análises. As informações mais "clássicas", panoramicamente fornecidas em caráter de introdução ritual no campo estrito de cada disciplina, em geral não são trabalhadas no âmbito do foco terminal privilegiado da atividade — pelo menos enquanto ideologia — que é a pesquisa, a qual absorve energias: no limite passa a ser indicador de seriedade manter-se fiel e especializar-se em uns poucos objetos; criando-se subcampos específicos e uma concepção de parcelização e de "trabalhador intelectual" na direção de, em grau maior ou menor, estreitar-se o espaço para as problemáticas mais gerais e permanentes das ciências sociais e envolver-se com um volume crescente, quando não esmagador, de informações específicas.

O critério de rigor na teoria é que essa não tenha vida própria, supostamente para evitar a esterilidade das elocubrações desenraizadas.

O método no seu sentido mais estrito de *modus faciendi* para isso ganha primazia, a ponto de no limite (tal como se criticava na sociologia norte-americana, dos anos 50 subordinar os próprios objetos de pesquisa e determinar sub-repticiamente a sua relevância. O método ganha primazia também no seu sentido absolutamente mais geral de código, que revela aos iniciados o que é por pressuposto adequado ou não. Supor-se-á, por exemplo, certa relação necessária entre o empírico e o teórico (com algumas variantes que

marcam a "subidentidade" dos diversos grupos), a cujo teste não poderia passar por sua diversidade, a maioria dos trabalhos clássicos nas ciências sociais; mas que possui a virtude de homogeneizar e de ser reproduzível, bem como pela sua observância de servir como prova de fidelidade e de não contestação. Além, evidentemente, de suas funções práticas na seleção da disputa por recursos. Em termos tradicionais, as "formalidades" tornam-se mais importantes que os "conteúdos", posto que ganham um sentido ritual e "político".

Tudo isso se justifica sobretudo por razões pedagógicas e de socialização profissional. Mas amarra também os educadores, que têm de dar o exemplo para que o sistema — do qual passam a ser funcionários se reproduza. Como a ideologia explícita é nos seus limites extremamente igualitarista, não cabe admitir uma hierarquia de competência que, vá além desse controle das regras gerais e da capacidade de atualizá-las — mais do que isso, pelo contrário, é identificado com o período anterior "oligárquico" em relação ao qual é preciso distinguir-se. A hipótese de que o que é bom para uns pode não sê-lo para todos é, nesse contexto, um indizível e um impensável.

Um bom exemplo dessa homogeneização ditada pela massificação está na construção, entre os antropólogos no processo de treinamento, de um padrão geral do bom proceder no trabalho de campo que exclui necessariamente de consideração plena a irredutibilidade do específico. O problema maior, todavia, está em que nesse e em outros casos (como na questão geral da relação entre o empírico e o teórico), mostra-se quase impossível na prática manter

clara a ideia de que se trata de um recurso de treinamento devido a constrangimentos objetivos; e não de uma verdade geral e impositiva, valorizável em si mesma, que substitua com proveito a disponibilidade para um permanente recomeçar, avaliando e tratando cada situação informada, mas não se utilizando da informação para defender-se do jogo da avaliação e das opções pessoais e discretas, que se esgotam com cada situação e não precisam comprometer o movimento seguinte.

Nada disso, evidentemente, acaba com a hierarquia; apenas faz com que ela se exerça de outras maneiras e por intermédio de critérios aparentemente mais impessoais e institucionais. Por analogia, é como se passasse do "culto à personalidade" ao domínio do "aparelho"; o que reduz a capacidade de controle: a cristalização do modelo seguidamente afasta-se de intenções iniciais.

A ênfase na pesquisa se combina, igualmente, com a sede de informação da sociedade em geral e, também, do Estado; embora nesse último caso talvez mais como reflexo desse interesse geral. O cientista social, nesse sentido, é também visto como uma espécie de informante, seguidamente a isso reduzida a visão que dele se tem. Na medida em que não se exige mais e que também seja por aí que seja valorizado, isto age no sentido de marcar uma identidade onde pouco cabe o trabalho propriamente teórico para além de um certo senso comum da sociedade em geral e/ou de determinados grupos sociais que de uma forma ou de outra, material ou simbólica, sustentem a sua atividade. Nesses momentos, aparece:

1) a fragilidade da atividade propriamente científica diante da sociedade, que pouco espaço lhe dá para a construção de critérios próprios de legitimidade;

2) a coincidência paradoxal, todavia, entre certas pressões mais gerais da sociedade e as eventuais exigências da construção de uma identidade, por razões estritamente históricas.

Combinados (1) e (2), certamente desaparece a figura do "chatoboy", para quem (1) se articulava em geral com pressões percebidas como menos legítimas e/ou menos carregadas de poder de reavaliação (em parte devido à própria escala de atividades) e por isso mesmo resistentes pela própria exacerbação ritual de um estilo e de uma prática. Mas revela-se um lado de "pés de barro" da construção das ciências sociais "pós-64", na medida em que o processo mesmo de seu avanço corre o risco de ser também o da sua imolação no altar das "razões práticas" de várias ordens.

Na verdade, do ponto de vista das "etapas" normalmente associadas ao desenvolvimento de uma ciência (em sua manifestação na forma de "resultados" no limite expressas por exemplo na oposição entre livros para o "grande" público e artigos para especialistas) houve, na realidade um "recuo". Embora um "recuo" que se constituiu em uma pedagogia e em uma manobra estratégica para firmar as bases sociais de apoio à ciência, de resultados, no entanto, não garantidos.

Acrescente-se a isso o fato de que haverá sempre um arquivo a desvendar ou um grupo social a conhecer. Por qualquer critério

objetivo, é evidente que se está longe de "esgotar" aquilo cujo conhecimento empírico é válido. O problema está mais no fato de que tais critérios, quaisquer que eles sejam, vão sendo substituídos pelo informacionismo apoiado em prioridades ideológicas e/ou tecnocráticas de várias ordens. Como essas, por isso mesmo, não podem ser abertamente assumidas *in totum*, um balanço e uma estratégia não podem ser construídos. A isso se somam ou mesmo se combinam, no âmbito da academia, tendências, veladas por cortinas de fumaça precárias, a rotina e ao burocratismo.

O fantasma de uma avaliação proporcional da qualidade em relação ao volume e à escala das atividades, tão salientados, ronda os acadêmicos.

Como foi dito recentemente por um avaliador especificamente para a sociologia, ultrapassando a defesa usual da imagem em que se baseiam as reivindicações dos profissionais da área:

"No Brasil, a produção científica na área da Sociologia, enquanto resultado da institucionalização dos programas de pós-graduação e pesquisa, é ainda bastante limitada e relativamente pouco expressiva. Esta afirmativa que para alguns poderia parecer forte, não é, contudo, de difícil comprovação. Considerando o grande número de programas pós-graduados existentes no país seria de se esperar, naturalmente, a produção de um número bastante mais significativo de trabalhos de maior destaque" (grifo meu) (Maranhão, 1982).

Cada avanço carrega consigo a corrente pesada da necessidade

de se tornar reproduzível. Mas dá-se, sem dúvida, em um quadro de competência que na medida em que é transmitido vai na direção de uma modernização e racionalização da atividade científica consideráveis, a ciência social brasileira competindo favoravelmente na arena internacional pelo menos no que diz respeito a conhecimento do país, explorando temas significativos antes virgens ou privilégio dos "brasilianistas". O problema se agrava quando às limitações (todas as têm) desse modelo acrescentam-se dificuldades à sua própria reprodução, a tensão entre saber e não-saber que antes legitimava a tarefa dos educadores e dava valor aos ritos de passagem tendendo a se aguçar e a fugir ao controle.

Além da hipótese de que: "pode-se argüir que um bom número de sociólogos que trabalham nos programas e centros localizados nestas áreas (OGV: eixo Rio-São Paulo, onde se concentraria a produção), profissionais e professores de renome, produziram e publicaram seus trabalhos 'com a pós-graduação ou sem ela..." (Maranhão, 1982), um bom indicador dessa "crise" são as próprias teses e dissertações, que representam boa parte da nova produção; a ponto de hipótese alternativa à acima ser a de que os pesquisadores sênior tendam a passar a expressar-se vicariamente através de seus alunos pela própria lógica da situação, a que não são estranhos os crescentes encargos da burocracia acadêmica. O problema está em que esses trabalhos nos últimos tempos crescentemente não se completam ou, então, apresentam taxa de inovação em tendência de baixa e de epigonismo em alta, mesmo avaliadas pelos padrões do

modelo, numa espécie de exacerbação caricatural de algumas das suas tendências.

VII

Estamos, portanto, diante de um grupo social, profissional (não mais simples *intelligentzia*) e de pressões concretas de várias ordens. E esses dois elementos se combinam: as próprias contradições da auto-imagem construída criando uma hipersensibilidade às pressões. Aquilo que parecia democratização relativa em relação à "oligarquia" anterior, quando as demandas sociais correm mais livremente aparece como mais um projeto "oligárquico". E, diante dele, pressiona-se mais e mais contra seus próprios padrões: colocar-se a serviço das urgências da política e das questões sociais, incorporar massas crescentes de estudantes independentemente da capacidade de "formá-los" etc. Não se trata mais apenas de crítica a um modelo e seus limites. Trata-se também de constatar a sua própria dificuldade em se reproduzir, quaisquer que sejam seus méritos e deméritos.

As pressões se tornam particularmente eficazes dado o fato de que de qualquer maneira as atividades em ciências sociais cresceram muito nos últimos anos. Embora em situações de crise essa escala de atividades — como, aliás, nos próprios centros "metropolitanos" — se veja ameaçada, a ameaça deve ser também interpretada como uma maneira de forçar as ciências sociais a cumprir determinadas expectativas não necessariamente de forma político-partidária, mas ligadas ideologicamente à "construção da nacionalidade"; à qual,

mesmo "espontaneamente", os cientistas sociais não 810 de modo algum estranhos (Peirano, 1980). As "lamúrias" dos cientistas sociais quanto ao seu tratamento desprivilegiado em relação a outras áreas são também algo que deverá ser relativizado e contextualizado: tratando-se de verdade geral, não aplicável estritamente ao Brasil e atribuível ao "atraso", são elas mesmas um elemento a mais num jogo de forças que são também, morais.

É evidente que não se trata de abstratamente propor utopias. Todavia, fazer sociologia de "si" não é a mesma coisa que estudar o "outro". Assim, talvez seja permissível levantar algumas proposições que envolvam um juízo ou, pelo menos, que não estejam plenamente demonstradas; desde que não sejam lidas como estranhas ao próprio objeto sociológico tratado. Já que produto da inserção dentro da problemática analisada, no mínimo constituem do ponto de vista do leitor mais um elemento dessa sociologia, cujo significado ele alcançará melhor do que o autor do texto.

Nesse espírito é que se seguem algumas afirmações, direta ou indiretamente apoiadas na sua própria apresentação e/ou na análise anterior, que representando incoerência relativa em um texto crítico em relação às razões práticas, serve por isso mesmo para ilustrar o lado de jogo de nossa atividade.

VIII

1) Embora a auto-imagem de cada grupo comprometido com determinado arranjo institucional tenda a marcar a sua diferença, isto

deve ser visto como mais um elemento da sua afirmação, relevante em si mesmo, porém não excludente de certos elementos de continuidade, sobretudo esse próprio mecanismo de afirmação.

2) Aquilo que se designou por ciência social pré-64 (representada por sua expressão máxima) e pós-64 expressam identidades e estilos que se contrastam (em ambas as direções, já que a primeira é reinterpretada a posteriori também por seus protagonistas) e por essa e outras razões "de fato" apresentam diferença; apesar — e para além dos contrastes ideológicos construídos — de o pré-64 ser portador de uma utopia que em boa parte serviria de base para as modificações posteriores e a que não são estranhas as alterações por que passava a sociedade brasileira desde o pós-guerra.

3) A ciência social "pós-64" caracteriza-se nas suas expressões mais de ponta e originais em relação ao momento anterior por um compromisso maior com a formação de pessoal e com a pesquisa empírica em oposição ao exercício teor ético; de que se seguem conseqüências não só no volume da produção intelectual, como também no seu caráter, sobretudo no sentido de criação de um padrão de trabalho, de um estilo e de objetivos que inclusive para serem reproduzíveis em escala significativamente mais ampla são construídos de maneira diferente.

4) Essa prática de formação, que se combina com uma ideologia igualitarista, passa a informar o conjunto da produção, constringendo as possibilidades de iniciativa e inovação. Segue-se tendência, juntamente com a racionalização da atividade intelectual e

o aumento do leque temático e sua consistência interna, também à sua burocratização.

5) Essa burocratização, por sua vez, articula-se com a própria defesa dos interesses corporativos de um grupo em fase mais avançada de profissionalização (em contraste com a autoimagem anterior, mais próxima da de uma *intelligentzia*) através de suas associações e da busca de articulação com outros setores da "sociedade civil", os quais então, num processo retro alimentador, passarão a construir expectativas de compromisso em relação ao comportamento dos cientistas sociais que influirão na sua prática.

6) Há, aí, uma contradição: a afirmação do grupo implicando submissão a critérios "externos". O que se agrava quando a essas pressões "externas" se somam interesses em romper as barreiras do próprio grupo representadas por um padrão de trabalho.

7) As maneiras de se lidar com essa contradição conduzem necessariamente ao terreno da política, não só no seu sentido mais amplo, como também no sentido de como se conciliam do ponto de vista do cientista social esses vários elementos.

8) Nesse ponto, provavelmente o terreno mais seguro só vai até a constatação dessa situação; o que por si já implica ir além das camuflagens que se colocam usualmente ao nível das aparências.

9) "Soluções" existem várias ou, talvez, não exista nenhuma. A sabedoria antiga já dava como solução para a questão do melhor governo alguma forma de combinação entre os vários modelos. O "governo" das nossas ciências sociais provavelmente não escapa à

regra. De qualquer maneira, um exercício nessa direção — espécie de adendo — estará incluído no âmbito do esforço comparativo aqui realizado, ajudando a relativizar cada elemento da comparação e com isso, na pior das hipóteses, contribuindo para entendê-los melhor; embora por um caminho em que o autor se deixa apanhar como parte do debate.

10) Provavelmente aquilo que em termos de treinamento e socialização se desenvolveu nos redutos da pós-graduação nos últimos anos poderia ser, hoje, adequado ao ensino graduado, e, à medida que se afirmem os níveis mais avançados da pós-graduação, mantendo-se em parte também nos seus primeiros níveis. Com essa inversão, utilizando recursos que se tomaram disponíveis atacar-se-ia o tipo de ensino básico — amorfo e precocemente teoricista — que justifica o padrão dominante na pós-graduação pela necessidade de suprir lacunas, realizando tarefas relacionadas às "razões práticas" e à profissionalização *stricto sensu*.

11) Ao mesmo tempo, algo do sentido mais clássico da educação deveria ser incluído na concepção de formação de um cientista social sênior, contra-atacando os excessos da especialização e do praticismo e valorizando-se uma concepção de *scholarship*.

12) Recuperados esses valores clássicos, deveria-se evitar, por sua vez, a sua fossilização, antes utilizando-os para liberar vias pessoais de pesquisa e afirmação, a ponto de superar o próprio classicismo pela valorização da variação na variação, a multiplicidade nos modos de proceder, tornada inevitável pela

própria falência das bases do "saber enciclopédico".

13) Possivelmente (hipótese) com isso se vá ter um efeito indireto de aumento da produtividade naquela parte da população acadêmica morta ou moribunda cuja improdutividade não se deva a uma reação por baixo aos padrões vigentes, mas a uma resistência aos aspectos constrangedores e limitadores desses mesmos padrões.

14) Nesse contexto seria razoável buscar "convencer" a sociedade (e os próprios cientistas sociais) da legitimidade da sua atividade para além do seu valor prático em qualquer direção. O seu "valor" para a sociedade estaria muito mais em um autoconhecimento como subproduto; tanto mais objetivo quanto menos amarrado a interesses explícitos e imediatos nessa direção. E tanto mais aceitável quanto mais a sociedade se fortaleça e se considere digna de se dar esse "prazer" e competente para traçar os seus rumos sem orientações partidas de uma elite de "sábios", abertamente assumidos enquanto tais ou camuflados sob o manto do serviço, do compromisso, do engajamento ou mesmo da "ciência", quando esta tome como objeto necessário de sua atividade a criação de uma imagem da sociedade que lhe sirva de suporte ideológico.

15) Restarão como grande questão ligada à anterior as pressões contrastantes à elitização e à massificação. Na verdade, os elementos sugeridos são já representações de formas de lidar com essa contradição. Provavelmente o que se pode concluir é que para além das ilusões de cada momento o problema é recorrente em toda a nossa época histórica e os movimentos da sociedade como um todo

não podem, nesse particular, evidentemente ser ignorados. Se há 150 anos o velho Tocqueville já constatava ser impossível "evitar" a igualdade, a liberdade devendo ser garantida pela criação de "pessoas aristocráticas" coletivas, é possível que hoje mais do que nunca seja essa a direção; sobretudo em países que atravessam momentos críticos na formação de uma sociedade de massas. Mas para isso é preciso que se assuma plenamente essa "pessoa", transcendendo os momentos de autodefesa em que se tende mais a reagir (o que incluiria de certa maneira tanto a postura dos "chato-boys" quanto a dos novos ascetas da pesquisa) e desenvolvendo a partir de si as suas virtualidades.

16) Nesse processo os cientistas sociais brasileiros levam a imensa vantagem de possuir o patrimônio de obras individuais cuja existência pode servir de respaldo à tentativa de evitar a mediocrização e cuja real integração e revalorização num movimento mais amplo lhes dará por sua vez maior fôlego na inspiração de esforços criativos similares.

IX

Certamente já é hoje banal dizer-se que todo pensamento é comprometido. A ideia puramente liberal do pensamento neutro pouco explica; apenas descreve a aparência de um estado eventual de um campo de forças, por vezes cristalizado. Mas não é necessário fazer da necessidade uma virtude abstrata. Pode-se imaginar um pensamento cujo "interesse" esteja justamente no estímulo à busca da

objetividade; em que a sua afirmação, a sua potência, esteja comprometida com isso. É essa, provavelmente, a "pessoa" da comunidade científica a ser desenvolvida. É essa, talvez, uma leitura simpática da intuição manheimiana; dependente de um ambiente institucional, mas também, não só de um "espírito", como igualmente de uma vontade, que não se deixe seduzir pela eficácia dos atalhos e que pense as instituições e as expectativas sobretudo no sentido de sua utilização lúcida, ultrapassando-as quando necessário e, em pensamento, até como método.

Não parece adequado supor que um determinado padrão de trabalho tenha sempre um significado em si. Seguidamente só o tem enquanto resposta afirmação em relação a outro. À medida que isso é percebido:

1) Ele pode ser relativizado.

2) E eventualmente, o que seria no caso um programa "maximalista" que obrigaria a uma reestruturação e revisão dos limites da própria comunidade, poder-se-ia vislumbrar a hipótese de relativizar a referência necessária a outro, construindo a possibilidade de criações mais autônomas e menos reativas.

A meio caminho entre 1 e 2 dever-se-ia saber distinguir nos desvios em relação a um padrão o que a partir de sua própria perspectiva poderia ser visto como "resquício" de um outro, e o que existe já de elementos (retro alimentados ou não por padrões "ultrapassados") de sua superação. Mesmo porque, assumindo uma postura não teleológica as coisas aparecerão menos separadas,

reafirmando de alguma maneira um', eterno retomo — pelo menos pela impossibilidade de fixação definitiva de qualquer padrão — e a necessidade de uma permanente reapropriação. A crise pela qual passamos não é privilégio de nosso "atraso". Apesar de suas especificidades, faz parte de uma crise mais geral — tanto institucional, quanto teórica — hoje cada vez mais reconhecida. A maneira aguda e concentrada pela qual a vivemos e a nossa competência podem, porém — muito mais do que nos damos conta — fazer com que nos transformemos em participantes ativos nesse drama maior, contribuindo para a sua superação. Se possível, superação institucional; mas sobretudo superação de quadros gerais de pensamento e atitudes que afortunadamente e para privilégio de quem o presencia hoje se tornam cada vez mais contestáveis.

Bibliografia

- ABRANCHES, Sergio Henrique, *As ciências sociais e o Estado*, IUPERJ, 1981, mimeo.
- CARDOSO, Fernando Henrique, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, 2ª ed., Ed. Paz e Terra, 1977.
- FERNANDES, Florestan, *A Sociologia no Brasil*, Ed. Vozes, 1977; *A Condição de Sociólogo*, HUCITEC, 1978.
- LAMOUNIER, Bolivar, *Expansão e institucionalização das ciências sociais no Brasil: um estudo preliminar*, mn., 1981.
- MARANHÃO, Silvio Marcelo, *A pós-graduação e a pesquisa em sociologia: notas para uma avaliação*, mn., 1982.

PEIRANO, Mariza G. S., *The Anthropology of Anthropology: the Brazilian case*, tese de doutoramento, Universidade de Harvard, jul. 1980.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, "A imaginação político-social brasileira", *Dados*, n. 2/3, 1967.

SCHWARTZMAN, Simon, *Formação da Comunidade Científica no Brasil*, FINEP/ Companhia Editora Nacional, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme, "A propósito da publicação de uma coletânea", *Sociedade e Agricultura*, Zahar Ed., 1982.